

País tem condições de voltar a crescer articuladamente

José Eli de Veiga

Ainda está difícil vislumbrar quais os candidatos reais e viáveis em novembro.



No entanto, uma coisa é certa: se algum deles conseguir unificar as áreas conservadoras, terá seu lugar praticamente assegurado no segundo turno, visto que, no primeiro, enfrentará as forças não-conservadoras dispersas por, pelo menos, quatro fortes candidaturas de índole social-democrática: Brizola, Covas, Lula e Ulysses. Caberá a um desses quatro líderes a delicada tarefa de congregar, para o segundo turno, as forças sociais que poderão fazer com que o Brasil volte a se desenvolver.

Torna-se, portanto, crucial que os "brain-trusts" do PDT, PSDB, PT e PMDB se empenhem em não azedar as refregas que certamente continuarão a ocorrer entre seus candidatos e em manter uma discussão serena sobre a agenda política que condicionará a unificação das tendências modernizadoras no segundo turno.

Se for possível eleger um dos quatro candidatos citados, o grande desafio que se colocará ao futuro governo será o de incorporar a maioria carente da população brasileira a padrões compatíveis com os de uma moderna sociedade industrial. Sem isso o Brasil não sairá do buraco em que foi enfiado pela arrogância militar que o dominou durante mais de vinte anos de ditadura e os cinco de tutela. Esta é, então, uma das questões que mais merecem a atenção dos que pretendem derrotar o candidato conservador que vier a prevalecer.

Durante muito tempo acreditou-se que a concentração de renda era uma fatalidade da decolagem econômica. Análises dos anos 50 sobre as economias centrais reforçavam a ideia de que o bolo não cresceria se prematuramente distribuído. No entanto, pesquisas mais aprofundadas, dos anos 70, pas-

saram a comprovar a possibilidade de um "crescimento com distribuição". E, mais recentemente, investigações estatísticas muito mais abrangentes têm concluído que a distribuição de renda não deve ser vista como consequência, mas, antes, como condição do crescimento econômico.

Para se entender tamanha reviravolta no pensamento econômico é preciso lembrar que o crescimento intensivo e articulado nos países centrais é, na verdade, uma experiência relativamente recente. Foi somente há três ou quatro décadas que o crescimento passou a ser claramente centrado no consumo de massa. Foi somente após a reconstrução européia e a guerra da Coreia que as economias centrais experimentaram os "vinte gloriosos" anos de crescimento sustentado, graças à adoção de um modelo no qual a determinação dos salários e dos lucros esteve amarrada a um aumento do consumo popular concomitante aos ganhos de produtividade.

Já a industrialização da periferia baseou-se, frequentemente, numa adoção parcial e ilusória daquele modelo central de produção e consumo. Sem a adoção das relações sociais adequadas, os países periféricos foram, em geral, incapazes de ultrapassar a fase de crescimento extensivo e ingressar de fato na fase intensiva e socialmente articulada.

Essa transição também não foi fácil nos países mais avançados. A sintonia entre consumo de massa e aumento da produtividade foi um movimento progressivo inaugurado pelo New Deal e pelo Front Populaire, mas que só se afirmou realmente nos anos 50. A criação de um sistema coerente de organização macroeconômica nos Estados Unidos, por exemplo, resultou de muitos experimentos e tentativas que foram formando, aos poucos, o quadro institucional do novo regime de crescimento. Passaram-se quinze anos entre os Cem Dias do primeiro governo Roosevelt e o famoso acordo da General Motors com a United Auto Workers, em 1948. Foi um período depurativo do esquema institucional que iria garantir o crescimento contínuo e acelerado do período 1950/70.

Só alguns países do Terceiro Mundo tornaram-se economicamente maduros para se lançarem nesse mesmo tipo de transição. Mas nem sempre contam com as condições sócio-políticas necessárias; e alguns têm dívidas externas tão importantes que, além de constituírem um sério obstáculo, servem também como um ótimo pretexto para que não se encare de frente a inadequação das estruturas sociais internas consolidadas por sistemas de distribuição de renda que inviabilizam a integração do consumo popular ao modo de crescimento.

A atual crise brasileira insere-se claramente nesse tipo de impasse. O País tem as condições objetivas necessárias a um crescimento intensivo e articulado, mas grande parte de suas elites sofre de um altíssimo grau de miopia histórica. Não conseguem enxergar que o País precisa de uma drástica redistribuição de renda para que possa vir a experimentar um crescimento sustentado num futuro próximo. Seus mesquinhos interesses de curto prazo fazem com que se acomodem na velha crença de que o bolo só poderá aumentar amanhã se não for distribuído hoje. E é por isso, aliás, que, em vez de procurarem um presidencialismo que se inspire em Roosevelt, estão meio atarantadas na busca de um Hoover que nos prolongue a desgraça pelos anos 90 a fora.

Os países da periferia que, ao contrário do Brasil, continuam a ter sucesso econômico nos anos 80 foram os que haviam previamente adotado políticas econômicas de forte padrão distributivo. Seguiram todos um mesmo processo no qual o ativo principal de cada estágio de desenvolvimento foi distribuído antes — e não depois — do incremento de produtividade. Tal distribuição foi realizada tanto em termos de propriedade direta quanto em termos de acesso institucional à sua utilização produtiva; e somente após a distribuição é que surgia a política de melhoria de produtividade do ativo principal. Tais ativos foram, sucessivamente, a terra, o capital físico e os recursos humanos.

Ao endividar-se o quanto pode, o Brasil conseguiu crescer sem que nenhum desses três trunfos fosse objeto de uma efetiva distribuição. E é justamente por isso que só pode ser considerada ilusória a ideia de que o País pode sair da crise através de algum novo engenhoso "ajuste" que evite, mais uma vez, desconcentrar a riqueza. E esse certamente será um dos decisivos pontos de aproximação anti-conservadora no segundo turno.

José Eli de Veiga é professor da Faculdade de Economia da USP e "fellow" do University College London.